

Editorial

Uma efeméride e a urgente reinvenção da memória histórica

Na Europa católica, Portugal foi o primeiro país a instituir um sistema de ensino público, laico, estatal e que se mantém até aos dias de hoje, não obstante as mudanças e as diferentes soluções de regime político. Há exactamente 250 anos, a expulsão dos Jesuítas como que obrigou o Marquês de Pombal a substituir a Companhia de Jesus na direcção e organização das “escolas menores”, ou seja, de todo o ensino não universitário. O governante produziu no imediato uma reforma e, para administrar a nova realidade da educação pública, criou, por Alvará datado de 28 de Junho do ano de 1759, a Directoria-Geral dos Estudos. Este organismo foi-se, ao longo de mais de uma centena de anos, sucessivamente reestruturando e mudando de nome até passar a Ministério.

De acordo com António Nóvoa, a herança pombalina baseou-se em três grandes princípios que o Alvará de 1759 já consagrava: (i) o da *secularização*, que tornaria o ensino um domínio cuja competência e tutela passariam inteiramente para o Estado; (ii) o da *uniformização*, que implicaria a concepção de uma rede escolar susceptível de abranger o conjunto do país e esboçar igualmente uma nova dinâmica de desenvolvimento sócio-económico do país a partir dos grandes centros urbanos; (iii) o da *estatização*, que supunha que a coordenação do sistema passaria a ser da responsabilidade de um Director de Estudos. Os agitados anos do Liberalismo iriam ampliar e enriquecer as propostas de Pombal, com as exigências de gratuitidade, laicidade e obrigatoriedade entretanto trazidas pela Revolução Francesa.

No que respeita à *Evolução Institucional* deve assinalar-se a efemeridade que caracteriza os primeiros Ministérios — Ministério da Instrução Pública apenas no ano de 1870 e Ministério da Instrução Pública e Belas Artes (entre 1890 e 1892) —, até ao ano de 1913, data em que se instituiu definitivamente o Ministério da Instrução Pública. Os anos da I República caracterizar-se-ão pela defesa do princípio da *Educação* por sobre o da *Instrução*. Não se tratava, porém, apenas de uma mudança de nome para o Ministério. Falar do Estado Educador equivalia, então, para os democratas, à defesa de uma nova concepção de formação do aluno. Esta não deveria respeitar apenas à dimensão intelectual, como sucedia desde o século XVIII, mas deveria atender, igualmente, ao desenvolvimento moral e físico, em ordem a obter cidadãos activos, disciplinados e produtivos. Em todo o caso, a designação de Ministério da Educação Nacional, correspondendo a este desejo de gerir as populações expandindo as competências da instituição escolar, só viria a concretizar-se em pleno apogeu do Estado Novo.

Servem estas linhas para mostrar que a tutela estatal pesa demasiado sobre as nossas existências e que uma mesma metanarrativa pedagógica governa o pensamento acerca dos meios e fins da instituição escolar há pelo menos um século. Parece evidente que o sistema educativo e o ideário que o foi sustentando não mudaram tanto como a *sociedade nova* que supostamente deveriam erguer. E é por isso que julgo chegado o tempo de formular e procurar responder a duas questões aparentemente simples: (i) de onde

vêm as concepções educativas e as soluções organizacionais que aceitamos, nos dias de hoje, como naturais e que, por isso mesmo, passam por inquestionáveis?; (ii) que estratégias políticas, hierarquizações sociais e culturais a escola serve e objectiva?

Imagino, assim, a possibilidade de uma interpretação genealógica ou, para ser mais preciso, uma “história do presente”, na expressão de Michel Foucault, que nos conduza a encarar de frente, ou até mesmo a pôr em causa, convicções internas há muito adquiridas sobre a natureza e o destino do nosso modelo escolar. Como se o trânsito entre passado, presente e futuro, pudesse organizar-se a partir de outras racionalidades. Eu gosto de pensar numa específica que se determine em mostrar que muitos dos nossos objectos foram sendo, afinal, historicamente construídos, peça por peça, compactando tradições muito diferentes — por exemplo a jesuítica e a republicana — e que não julgamos de modo algum estarem associadas ou entrelaçadas, sempre ao serviço da construção de uma elite cultural que se concebeu e concebe tão distinta — qual alto clero ou grande nobreza dos tempos modernos —, defendendo a democratização da escolarização mas construindo, ao mesmo tempo, a sua dignidade cultural ante as imensas massas de alunos excluídos. Trata-se, já se vê, de uma posição crítica, e de uma posição crítica que me parece inteiramente necessária, porquanto vivemos um momento particular em que sectores crescentes da *intelligenza* portuguesa reiteram, com uma veemência nunca antes vista, o tema da crise da escola e sonham nostálgicos com o regresso a uma *idade de ouro*. Uma espécie de paraíso perdido onde poderes públicos e *meia dúzia*

de actores educativos se teriam alimentado entre si numa doce harmonia, em contraponto a um tempo actual dominado pela decadência e pela barbárie própria das massas ingovernáveis.

É neste processo de uma luta simultaneamente política e simbólica que o papel do historiador pode ajudar a redimensionar o debate e a combater esta espécie de fascismo das convicções que nos atinge no coração de nós próprios. É facto que qualquer investigador experimentado sabe que toda a herança é plural, e que será sempre uma construção analítica. Tem para mim o maior sentido a defesa de uma inventividade colocada ao serviço da expansão perpétua da memória. Um exercício paciente, as mais das vezes fora de cena, mas ainda assim uma feroz arma da diferença contra o discurso da certeza, da solução e da verdade únicas. Só por ingenuidade se suporá que a imaginação do historiador está enraizada no passado. Bem ao contrário. Pensa sobre o que mais se lhe cola. E diria mais: o seu ofício consiste em ousar pensar contra aquilo que mais se lhe cola. Surge-me a propósito esta passagem de Jacques Derrida: “a herança ordena, para salvar a vida, em seu tempo finito, que se reinterprete, critique, desloque, isto é, que se intervenha activamente para que tenha lugar uma transformação digna desse nome e para que alguma coisa aconteça do imprevisível por-vir. O meu desejo parece-se com aquele de um apaixonado pela tradição que muito gostaria de se livrar do seu conservadorismo”.

JORGE RAMOS DO Ó

(Lisboa, 22 de Dezembro de 2009)